

**IDENTIFICAÇÃO DE POSSÍVEIS ÂMBITOS DE CONCERTAÇÃO ENTRE  
PROJETOS MAC (FEDER) E O FUNDO EUROPEU DE DESENVOLVIMENTO  
(FED) OU OUTRAS LINHAS DE FINANCIAMENTO DA UE EM CABO VERDE,  
NO SENEGAL E NA MAURITÂNIA**

**Projeto Estratégico HEXAGONE**

**(MAC/5.11a/216)**

## ÍNDICE

ABREVIATURAS.....	3
1. INTRODUÇÃO.....	6
2. CONTEXTO.....	7
2.1.-O Projeto Estratégico HEXAGONE.....	7
3. ASPETOS GERAIS.....	8
3.1.- O Programa de Cooperação Territorial Interreg MAC 2014- 2020.....	8
3.2.-A política de cooperação para o desenvolvimento da União Europeia: o 11º FED.....	8
3.3.- O Programa Indicativo Regional (PIR) da União Europeia para a África Occidental 2014-2020.....	9
4. ESTRATÉGIAS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DOS PAÍSES TERCEIROS.....	13
4.1.- A estratégia de desenvolvimento de Cabo Verde: Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP) III.....	13
4.2.-A Estratégia Nacional de Crescimento Acelerado e Prosperidade Compartilhada (SCAPP) 2016-2020, da Maauritânia.....	13
4.3.- A estratégia de desenvolvimento do Senegal: o Plano Senegal Emergente.....	15
5. OS PROGRAMAS INDICATIVOS NACIONAIS.....	17
5.1.- O Programa Indicativo Nacional (PIN) de Cabo Verde.....	17
5.2.- O Programa Indicativo Nacional (PIN) da Mauritânia.....	18
5.3.- O Programa Indicativo Nacional (PIN) do Senegal.....	20
6. OUTRAS LINHAS EUROPEIAS DE FINANCIAMENTO EM PAÍSES TERCEIROS.....	23
6.1.- Acordos de pesca .....	23
6.2. Aliança Global contra as Alterações Climáticas + (AMCC+).....	24
6.3. Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos (IEDDH).....	25
6.4. Programa Temático para Organizações da Sociedade Civil e Autoridades Locais (OSC-AL) .....	26
6.5. Operações de Ajuda Humanitária e Proteção Civil (ECHO).....	28
6.6. Aliança Global para a Resiliência no Sahel (AGIR).....	29
6.7. Fundo Fiduciário de Emergência da UE para África (EUTF-EU <i>Emergency Trust Fund for Africa</i> )	29
6.8. Grupo de Estados PALOP- TL (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa [e Timor-Leste] ....	31

7.- SETORES E LINHAS DE FINANCIAMENTO DA UE, POR PAISES, COM MAIOR POTENCIAL PARA UMA POSSÍVEL CONCERTAÇÃO COM O FEDER.....	32
7.1.- Quadro-resumo: Cabo Verde.....	32
7.2.- Quadro-resumo: Mauritânia.....	35
7.3.- Quadro-resumo: Senegal.....	38

## ABREVIATURAS

ACP	Estados de África, Caraíbas e Pacífico
AECID	Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
AFD	Agência Francesa para o Desenvolvimento
AGIR	Aliança Global para a Iniciativa Resiliência na Região do Sahel
AMCC+	Aliança Global contra as Alterações Climáticas +
ANMCB	Associação Nacional de Municípios de Cabo Verde
APE	Acordo de Parceria Económica
BEI	Banco Europeu de Investimento
BTC	Cooperação Técnica da Bélgica (iniciais em inglês)
CE	Comissão Europeia
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CILSS	Comité Permanent Inter-Estados de Luta contra a Seca no Sahael
DGAEA	Direção Geral dos Assuntos Económicos com África do Governo das Canárias
DECRP	Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza em Cabo Verde
DOUE	Diário oficial da União Europeia
ECHO	Direção Geral da Ajuda Humanitária e Proteção Civil da Comissão Europeia
ECOWAS	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (iniciais em inglês)
EUTF	Fundo Fiduciário de Emergência da União Europeia para África (siglas em inglês)
FED	Fundo Europeu de Desenvolvimento
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
GCCA+	Aliança Global contra as Alterações Climáticas + (iniciais em inglês)
IEDDH	Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos
LUXDEV	Agência Luxemburguesa de Cooperação para o Desenvolvimento
MAC	Madeira, Açores e Canárias
MAECI DGCS	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional de Itália
NAO	Gestor Orçamental Nacional (iniciais em inglês)
OIM	Organização Internacional para as Migrações
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMD	Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

OSC-AL	Programa temático para Organizações da Sociedade Civil e Autoridades Locais
PALOP-TL	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste
PIN	Programa Indicativo Nacional
PIR	Programa Indicativo Regional
POMAC	Programa Operativo de Cooperação Territorial Madeira-Açores-Canárias
PSE	Plano Senegal Emergente
PME	Pequenas e Médias Empresas
RUP	Regiões Ultraperiféricas
SCAPP	Estratégia Nacional de Crescimento Acelerado e Prosperidade Compartilhada
SNDES	Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Económico e Social (iniciais em francês)
UE	União Europeia
UEMOA	União Económica e Monetária da África Ocidental
ZEE	Zona Económica Exclusiva

## 1. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui a base para a identificação dos possíveis âmbitos de concertação entre os projetos financiados através do Programa INTERREG MAC 2014-2020 (FEDER) e o FED, ou outras linhas orçamentais europeias de financiamento aplicáveis nos países terceiros do espaço MAC.

Nele se pormenorizam os diferentes âmbitos de intervenção da União Europeia em Cabo Verde, Mauritânia e Senegal, bem como, por um lado, as linhas de financiamento disponíveis para cada um deles, e, por outro, os eixos de atuação do Programa MAC 2014-2020, visando identificar os pontos comuns face a uma possível concertação entre os fundos.

Com esse objetivo, são sinalizados os elementos gerais da política de cooperação para o desenvolvimento da União Europeia a partir das estratégias regionais para a África Ocidental. Analisa-se a seguir a estratégia de desenvolvimento de cada país e a sua vinculação ao Programa Indicativo Nacional (PIN) da União Europeia, para posteriormente enumerar os sectores definidos nestes programas. Serão ainda mencionadas, por fim, outras linhas de intervenção da União Europeia em países terceiros.

Finalmente, na última seção, recolher-se-ão, de modo sintético, aqueles âmbitos de intervenção da União Europeia em cada país terceiro que apresentam maior potencial com vista a uma possível concertação entre o FED ou outras linhas europeias de financiamento, e o FEDER (através dos projetos MAC).

## 2. CONTEXTO

### 2.1. - O Projeto Estratégico HEXAGONE

O projeto HEXAGONE (MAC/5.11a/216), liderado pela Direção Geral dos Assuntos Económicos com África do Governo das Canárias, constitui um projeto estratégico no âmbito do eixo 5 do Programa INTERREG V A MAC 2014-2020, e representa uma ferramenta de apoio ao programa para potenciar a concertação FED-FEDER, e de colaboração com a Autoridade de Gestão para o estreitamento dos laços de cooperação entre Cabo Verde, Senegal e Mauritânia.

No atual período de programação, compreendido entre 2014-2020, o novo Programa INTERREG MAC integra pela primeira vez Cabo Verde, Senegal e Mauritânia como membros de pleno direito. Neste contexto, o Projeto Estratégico HEXAGONE enfrenta o desafio de dinamizar e intensificar a participação dos países terceiros associados ao Programa e de dar um impulso à concertação FED-FEDER entre Regiões Ultraperiféricas e os países terceiros da sua área geográfica.

Os objetivos desta iniciativa para a concertação FED-FEDER e a dinamização da cooperação com países terceiros no espaço do Programa INTERREG V A MAC 2014-2020 são os seguintes:

- ☐ Estabelecer mecanismos de concertação entre as Administrações interessadas para efeitos de identificação e criação de projetos conjuntos entre o Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) e o FEDER, de acordo com a Nota de Orientação da Comissão Europeia de 18 de novembro de 2014.
- ☐ Reforçar o mútuo conhecimento e o trabalho em rede dos agentes socioeconómicos públicos e privados do espaço de cooperação visado, para identificação e criação de projetos entre Madeira, Açores, Canárias e Cabo Verde, Senegal e Mauritânia.

Para tal, existe uma parceria constituída pelos seguintes associados:

- Direção Geral dos Assuntos Económicos com África do Governo das Canárias (Beneficiário Principal).
- Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas (Governo Regional dos Açores).
- Direção Regional dos Assuntos Europeus e da Cooperação Externa (Governo Regional da Madeira).
- Secretariado Executivo da Parceria Especial Cabo Verde/UE (Ministério dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde).
- Ministério da Economia e Finanças da Mauritânia.
- Ministério da Economia, Finanças e Planeamento do Senegal.

### 3. ASPETOS GERAIS

#### 3.1.- O Programa de Cooperação Territorial Interreg MAC 2014- 2020

O Programa de Cooperação Territorial Madeira-Açores-Canárias é um instrumento com que as regiões ultraperiféricas de Espanha (Canárias) e de Portugal (Madeira e Açores) contam para trabalhar em conjunto e lidar com os desafios comuns que enfrentam, nomeadamente em matéria de inovação, competitividade, internacionalização e desenvolvimento sustentável.

Fazem parte deste espaço de cooperação as ilhas macaronésicas dos arquipélagos da Madeira, dos Açores e das Canárias, bem como os chamados países terceiros mais próximos desses territórios europeus: Cabo Verde, Senegal e Mauritânia.

O POMAC 2014-2020 intervém em cinco grandes âmbitos ou objetivos temáticos:

1. Potenciar a **investigação**, o **desenvolvimento tecnológico** e a **inovação** por via:
  - a. do reforço das capacidades científicas e tecnológicas nos sectores prioritários.
  - b. do aumento da transferência e da disseminação tecnológica, bem como da cooperação entre empresas e universidades ou outros centros de investigação nos sectores prioritários.
2. Melhorar a **competitividade das empresas**, criando as condições para a sua internacionalização.
3. Promover a **adaptação às alterações climáticas** e a **prevenção e gestão** dos riscos, melhorando as capacidades de resposta face aos riscos naturais que afetem o espaço de cooperação.
4. Conservar e proteger o **meio-ambiente** e promover a **eficiência dos recursos**, a partir:
  - a. do incremento da atratividade das áreas naturais em zona de interesse turístico.
  - b. da proteção e melhoria da conservação dos espaços naturais e da sua biodiversidade.
5. Melhorar a capacidade institucional e a eficácia da **administração pública**, consolidando estratégias de cooperação entre os diversos agentes que operam no espaço de cooperação.

#### 3.2.- A política de cooperação para o desenvolvimento da União Europeia: o 11º FED

O Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) é o instrumento principal de apoio comunitário à cooperação para o desenvolvimento dos países de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP) e territórios ultramarinos. Os FED são concordados para um período de aproximadamente cinco anos - o atual FED entra em vigor no ano de 2014 e prolonga-se até 2020 – e deles constam diferentes dotações nacionais e regionais.

Conta para o efeito com uma dotação de 30.500 milhões de euros, constituída por contribuições diretas dos Estados-Membros da União Europeia, à margem do orçamento da UE; acrescem ainda outros 26.000 milhões de euros, proporcionados pelo Banco Europeu de Investimento sob a forma de empréstimos.



Está regulado pelo enquadramento político do *Acordo de Parceria entre os Estados-Membros da UE e os países de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP)*, também conhecido como Acordo de Cotunu, celebrado entre a UE e os países ACP no ano de 2000, e revisto a cada cinco anos.

O 11º FED regional destina-se a reforçar a integração económica regional, a paz e a segurança, e a gestão dos recursos naturais dos países beneficiários, sendo executado através dos chamados Programas Indicativos Regionais (PIR). Por sua vez, a dotação nacional do FED, ou FED bilateral, em cada um dos países ACP financia projetos nos sectores previamente definidos nos seus respetivos Programas Indicativos Nacionais (PIN).

### **3.3.- O Programa Indicativo Regional (PIR) da União Europeia para a África Ocidental 2014 - 2020**

Os PIR refletem as orientações gerais da cooperação da União Europeia para uma dada região, e a sua dotação económica, ao longo de um dado período de programação.

No período que nos ocupa, 2014-2020, o orçamento global do PIR para a África Ocidental é de 1.150 milhões de euros, destinados aos setores prioritários definidos como tais ao cabo de um trabalho conjunto entre as partes implicadas no processo (a UE e, em representação da África Ocidental, a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA).

O orçamento do PIR para a África Ocidental foi duplicado face ao anterior no 11º FED. Este incremento tem a ver com a importância dos desafios que a região atualmente enfrenta e com o esforço de integração regional levado a cabo por aqueles países, apoiado pela firme determinação dos seus chefes de Estado e de Governo.

Visando a implementação correta da presente atribuição, aposta-se decisivamente para este período em três enfoques principais:

- a. uma nova governança institucional centrada no princípio da eficácia;
- b. um maior e mais fácil acesso aos fundos regionais por parte dos Gestores Orçamentais Nacionais (NAO, iniciais em inglês); e
- c. o financiamento do investimento em infraestruturas regionais mediante a conjugação de doações e de empréstimos.

Os setores prioritários para o PIR do 11º FED estão em linha de continuidade com o PIR anterior, concentrando-se mais em três aspetos: na paz, segurança e estabilidade; na resiliência e, por último, na consolidação do mercado comum, dando assim lugar a três eixos prioritários, junto dos quais se inclui um último sector não prioritário:

#### □ Eixo Prioritário 1: Paz, Segurança e Estabilidade Regional

Este primeiro sector tem como objetivo o combate às ameaças globais que afetam a região; ameaças essas que constituem foco de preocupação quer para a União Europeia, quer para a África Ocidental.

o Objetivo Específico 1: reforçar os mecanismos de promoção e manutenção da paz e da estabilidade, bem como as intervenções pós-crise.

- Componente 1: reforço da capacidade e experiência do departamento de Assuntos políticos, paz e segurança da CEDEAO.
- Componente 2: apoio à CEDEAO, no exercício do seu mandato, no quadro da criação de estruturas africanas para a paz e a segurança.
- Componente 3: reforço das capacidades de prevenção e mediação da CEDEAO
- Componente 4: desenvolvimento das atividades da CEDEAO em matéria de reforço da estabilidade, da democracia e do estado de direito.
- Componente 5: apoio às intervenções em situações de crise, saída das crises ou dos conflitos.

o Objetivo Específico 2: apoio às iniciativas regionais que tenham como objetivo dar resposta às principais ameaças contra a paz, a segurança e a estabilidade.

- Componente 1: reforço da coordenação e da cooperação entre os serviços de segurança.
- Componente 2: entrada em funcionamento da estratégia Sahel da CEDEAO.
- Componente 3: entrada em funcionamento da estratégia da CEDEAO para a segurança marítima no Golfo da Guiné.
- Componente 4: o quarto elemento será dirigido à implementação de programas destinados a fazer frente a outras ameaças específicas que a região tenha de enfrentar.

#### □ Eixo Prioritário 2: Integração Económica Regional e Apoio ao Comércio

O objetivo deste segundo sector prioritário é o de contribuir para o desenvolvimento económico e para a redução da pobreza mediante o reforço da integração económica regional.

o Objetivo Específico 1: Estabelecimento de um espaço económico regional integrado.

- Componente 1: aprofundar o mercado comum, apoios ao comércio.
- Componente 2: apoio à implementação do APE (Acordo de Parceria Económica).
- Componente 3: livre circulação e direitos de permanência das pessoas, mobilidade dos trabalhadores.
- Componente 4: Convergência e seguimento da integração regional.

o Objetivo Específico 2: apoio à competitividade do sector privado.

- Componente 1: melhoria do clima empresarial.
- Componente 2: manutenção e racionalização das infraestruturas/instituições de qualidade à escala regional.

- Componente 3: reforço dos serviços de apoio às PME e ao desenvolvimento de cadeias de valor regionais/ polos industriais de crescimento e às PME.
- Componente 4: apoio à concertação entre o público e o privado e à conexão entre operadores.

o Objetivo Específico 3: apoio ao sector dos transportes.

- Componente 1: investimentos (incluindo estudos técnicos) para a concretização dos principais corredores regionais.
- Componente 2: apoio às Organizações Regionais e aos Estados-Membros, no sentido de melhorar a sustentabilidade dos principais corredores regionais e a fluidez dos intercâmbios comerciais.

o Objetivo Específico 4: apoio ao sector da energia.

- Componente 1: apoio ao desenvolvimento das capacidades de produção, transmissão, distribuição e promoção da eficiência energética.
- Componente 2: apoio à governança e à regulamentação do sector, à integração dos mercados e ao reforço das capacidades.
- Componente 3: mobilização, suporte e incentivação do sector privado, para criar um mercado regional dinâmico e atrair os investidores.

□ Eixo Prioritário 3: Resiliência, Segurança Alimentar e Nutricional e Recursos Naturais.

O terceiro sector prioritário está centrado no apoio à resiliência das populações mais vulneráveis, mediante o reforço dos seus meios de subsistência e dos seus meios de produção. Dá extrema importância às questões de género, à gestão sustentável dos recursos naturais, à preservação e à promoção da diversidade biológica e à redução da vulnerabilidade face aos riscos climáticos. Trabalhar-se-á principalmente através da iniciativa AGIR.

o Objetivo Específico 1: resiliência, segurança alimentar e nutricional.

- Componente 1: disponibilidade de alimentos: dar suporte a uma produção agroalimentar sustentável e de qualidade.
- Componente 2: acesso à alimentação.
- Componente 3: governança regional.

o Objetivo Específico 2: proteção do meio ambiente, biodiversidade, combate às alterações climáticas e adaptação às alterações climáticas.

- Componente 1: manutenção e valorização do património natural, salvaguarda das espécies e combate à desertificação
- Componente 2: ênfase na governação regional para a resiliência e gestão dos recursos naturais.
- Componente 3: redução da vulnerabilidade face aos riscos climáticos e ambientais.

Dada a importância das Tecnologias da informação e da Comunicação (TIC) e das suas aplicações enquanto impulsionadoras do crescimento inclusivo e sustentável, da inovação, e também da

modernização do sector público e do espírito empresarial nos países em vias de desenvolvimento, será dada especial atenção à identificação de medidas, nos três sectores prioritários do PIR, para o estabelecimento de TIC adaptadas ao plano local para facilitar soluções concretas em todas as áreas de trabalho.

□ **Eixo não-prioritário: Apoio institucional aos organismos regionais**

- Componente 1: apoiar a CEDEAO e a UEMOA no quadro da sua reforma institucional.
- Componente 2: apoiar a implementação, o controle e a monitorização do PIR.
- Componente 3: visibilidade das ações.
- Componente 4: facilitar a cooperação técnica.

Tabela 1: orçamento por eixos temáticos do PIR para a África Ocidental

EIXO PRIORITÁRIO	ORÇAMENTO PREVISTO (em milhões de euros)
<b>Eixo Prioritário 1: Paz, Segurança e Estabilidade Regional</b>	<b>250</b>
Objetivo específico 1.1: reforçar os mecanismos de promoção e manutenção da paz e da estabilidade, bem como as intervenções pós-crise.	50
Objetivo específico 1.2: apoio a iniciativas regionais que tenham como objetivo dar resposta às principais ameaças contra a paz, a segurança e a estabilidade.	200
<b>Eixo Prioritário 2: Integração Económica Regional e Apoio ao Comércio</b>	<b>575</b>
Objetivo específico 2.1: estabelecimento de um espaço económico regional integrado	50
Objetivo específico 2.2: apoio à competitividade do sector privado.	125
Objetivo específico 2.3: apoio ao sector dos transportes.	200
Objetivo específico 2.4: apoio ao sector da energia	200
<b>Eixo Prioritário 3: Resiliência, Segurança Alimentar e Nutricional e Recursos Naturais</b>	<b>300</b>
Objetivo específico 3.1: resiliência, segurança alimentar e nutricional.	200
Objetivo específico 3.2: proteção do meio ambiente, biodiversidade, combate às alterações climáticas e adaptação às alterações climáticas.	100
<b>Eixo não-prioritário: apoio Institucional aos Organismos Regionais</b>	<b>25</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1150</b>

Fonte: Programa Indicativo Regional para a África Ocidental 2014 -2020. União Europeia, CEDEAO e UEMOA

## 4. AS ESTRATÉGIAS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DOS PAÍSES TERCEIROS

### 4.1. - A estratégia de desenvolvimento de Cabo Verde: a Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP) III

O Governo de Cabo Verde aprovou pela primeira vez em 2000 um documento de planificação a médio prazo para a redução da pobreza (iPRSP – Documento estratégico interno para a redução da pobreza, iniciais em inglês), identificando a pobreza como um problema estrutural devido a debilidades próprias do país quais a escassa precipitação, a fragmentação e o défice de recursos endógenos. O iPRSP recomendava assim a manutenção do combate à pobreza como parte da agenda de desenvolvimento do país.

Desde então, nos planos de desenvolvimento assumidos pelos programas de Governo, a redução da pobreza se tem mantido como uma questão central do desenvolvimento, sendo abordada numa perspetiva de longo prazo e num quadro da sustentabilidade social, económica e de desenvolvimento humano.

É do período 2004-2007 o primeiro Documento Estratégico para o Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP I), no qual são especificados os papéis do Estado e do sector privado na redução da pobreza como fator de crescimento.

Entre 2008 e 2011 deu-se início ao DECRP II, focando a estabilidade macroeconómica, a gestão das finanças públicas, a redução gradual do desemprego e da pobreza, o turismo e o melhor funcionamento da educação e da saúde.

Cabo Verde continua a ter de enfrentar alguns desafios à medida que o país acentua o seu desenvolvimento, e cada vez mais tem que competir no mercado global. Neste contexto concebeu-se, para o quadriénio 2012-2016, o DECRP III, como instrumento de tradução da agenda de transformação económica e do Programa do Governo em ações concretas tanto de promoção do crescimento e do desenvolvimento económico sustentável, quanto de redução da pobreza e das desigualdades.

Encontramos, assim, como principais linhas orientadoras do DECRP III e, como tal prioritárias para o Governo cabo-verdiano, as seguintes:

Manutenção da estabilidade macroeconómica e reforma da gestão das finanças públicas

- a. Flexibilizar o mercado de trabalho e promover um aumento da produtividade.
- b. Melhoria da qualidade e importância da educação e da formação como meios de combate ao desemprego.
- c. Melhoria da qualidade das infraestruturas e dos serviços.

Acelerar o crescimento através da diversificação da economia

- a. Agronegócios
- b. Turismo
- c. Economia do mar
- d. Cluster TIC
- e. Economia criativa
- f. Cluster financeiro
- g. Cluster do negócio aeronáutico

#### **4.2.- A Estratégia Nacional de Crescimento Acelerado e Prosperidade Compartilhada (SCAPP) 2016 -2020, da Mauritânia**

A atual estratégia de desenvolvimento da Mauritânia, a **Estratégia Nacional de Crescimento Acelerado e Prosperidade Compartilhada** (SCAPP, iniciais em francês) tem como objetivo alcançar um crescimento económico forte, inclusivo e sustentável, de modo a satisfazer as necessidades básicas de todos os cidadãos e assegurar o seu bem-estar.

Para o efeito, a SCAPP articular-se-á, no período 2016-2020, em torno de três eixos convergentes que por sua vez constituem os objetivos estratégicos através dos quais assegurar o crescimento.

□ **Eixo 1: promover um crescimento forte, inclusivo e sustentável.** Trata-se de criar as condições para o crescimento económico, principalmente através de transformações estruturais da economia e da sociedade que favoreçam:

- a. um reforço dos sectores geradores de riqueza e emprego, para assegurar a inclusão social e satisfazer a procura interna, fundamentalmente mediante a iniciativa privada e a inovação (promoção de um crescimento diversificado e de sectores alavanca);
- b. a melhoria das capacidades de exportação do país e a sua atratividade para o investimento estrangeiro (promoção do sector privado e melhoria do clima empresarial);
- c. a melhoria das infraestruturas de suporte ao crescimento (transportes, sector hidráulico, inovação, TIC...).

□ **Eixo 2: desenvolver o capital humano e o acesso aos serviços sociais primários**, pelo que serão focados a qualidade e o acesso à educação e à saúde, para além de outros sectores sociais, reforçando ao mesmo tempo os mecanismos de proteção social. São estas, em concreto, as linhas estratégicas:

- a. Maior acesso e maior qualidade na educação e na formação profissional.
- b. Melhoria nas condições de acesso aos serviços de saúde.
- c. Pleno emprego e promoção da juventude e do desporto
- d. Reforço da resiliência da população mais vulnerável.

□ **Eixo 3: reforço da governança em todas as suas dimensões**, consolidando Estado de direito e a democracia, a coesão social e a equidade, a segurança e o respeito pelos direitos humanos, a eficácia da gestão económica, financeira e ambiental, juntamente com uma maior descentralização.

Incluem-se neste eixo as seguintes linhas estratégicas:

- a. Governança política, coesão social, paz e segurança.
- b. Consolidação do Estado de direito, dos direitos humanos e justiça.
- c. Captura do dividendo demográfico.
- d. Promoção da participação cívica das mulheres e luta contra as discriminações de género.
- e. Aumento da qualidade da administração pública.
- f. Governança económica e financeira.
- g. Desenvolvimento local e descentralização.

h. Melhor governança ambiental, gestão racional dos recursos naturais e redução dos riscos de catástrofe.

Deste modo, os três eixos da SCAPP articulam-se, neste primeiro plano de ação (2016-2020), em torno das 15 linhas orientadoras anteriormente enumeradas, as quais se organizam em 59 intervenções prioritárias a serem realizadas sob a forma de reformas, programas, projetos ou ações significativas.

O custo total do presente plano de ação ascende a 10.500 milhões de dólares.

#### **4.3. - A estratégia de desenvolvimento do Senegal: o Plano Senegal Emergente**

A atual política de desenvolvimento do Senegal a longo prazo tem como marco referencial o denominado **Plano Senegal Emergente** (PSE), no qual se reflete um conjunto de políticas estratégicas que visam fazer do Senegal um país emergente no horizonte temporal de 2035.

O PSE inclui medidas estruturais que têm como objetivos, entre outros, os de criar um clima mais propício à atividade empresarial, reforçar o capital humano, melhorar o financiamento da economia; tem também em vista um plano de financiamento em sectores definidos como prioritários e catalisadores de toda a atividade económica, com alto potencial de criação de empregos (infraestruturas, saúde, energia, agricultura e educação) para as quais é aqui traçada uma linha de rumo.

O PSE foi apresentado pelo atual governo como uma estratégia mediante a qual se procura atingir um maior bem-estar social, traduzindo-se os seus princípios orientadores numa série de ações e resultados, devidamente articulados em torno de três eixos fundamentais, pelos quais se procura obter:

- Uma transformação estrutural da economia através da consolidação dos atuais motores de crescimento e do desenvolvimento de novos sectores geradores de riqueza, emprego e coesão social, e com forte capacidade de exportação e de atração de investimento. Este eixo inscreve-se num modelo de desenvolvimento que promova os territórios e se articule em torno de polos económicos viáveis, com o fito de estimular o potencial de desenvolvimento em todo o conjunto do território nacional.
- Uma melhoria significativa das condições de vida da população e um combate contra desigualdades sociais no qual sejam mantidas as bases dos recursos e se favoreça a emergência de territórios viáveis.
- O reforço da segurança, da estabilidade e da boa governança; proteção dos direitos e liberdades e consolidação do Estado de direito, visando criar as melhores condições de paz social e favorecer o pleno desenvolvimento de todas as potencialidades.

Estes três principais pilares em volta dos quais o PSE se articula e as respetivas linhas prioritárias de ação para o momento atual são os seguintes:

##### **EIXO 1: Transformação estrutural da economia e crescimento**

- a. Estabilidade no plano macroeconómico
- b. Programas de decolagem económica

##### **EIXO 2: Capital humano, proteção social e desenvolvimento sustentável**

- a. Programas de proteção social
- b. Programas de acesso aos serviços sociais

##### **EIXO 3: Governança, instituições, paz e segurança**

- a. Reformas da administração pública

b. Programa nacional da boa governação

c. Desenvolvimento local; paz e segurança; descentralização e territorialização das políticas públicas; integração ao nível sub-regional



## 5. OS PROGRAMAS INDICATIVOS NACIONAIS

Os Programas Indicativos Nacionais (PIN) constituem o quadro estratégico da cooperação da União Europeia (UE) com um dado país, sendo um instrumento de gestão no qual se detalham a distribuição e o montante da ajuda por parte da UE. Cada PIN deve abranger até um máximo de três sectores.

Trata-se de documentos programáticos resultantes do diálogo bilateral entre a União Europeia e um só país terceiro, cujo propósito é a definição da estratégia de intervenção comunitária, por norma num período de cinco anos, sendo identificados os sectores prioritários a intervencionar com base nos interesses do país beneficiário e de modo a complementar as intervenções de outros doadores.

### 5.1. - O Programa Indicativo Nacional (PIN) de Cabo Verde

No que diz respeito a Cabo Verde, a DECRP III oferece um enquadramento adequado perante os desafios durante a sua vigência, oferecendo também uma resposta a esses mesmos desafios sob a forma de programas e projetos e uma antevisão para os anos vindouros, para além de 2016. Deste modo, a União Europeia e os seus Estados-Membros coordenam e delineiam, com a presente estratégia, as suas ações em Cabo Verde. Tanto a UE como os seus Estados-Membros concordam na necessidade de colocar o enfoque na redução da pobreza, muito embora, neste caso, a União Europeia coloque mais a tónica na necessidade de reformas económicas e na questão da competitividade.

Assim sendo, dando continuidade aos apoios orçamentais de períodos precedentes, a União Europeia faz incidir os seus esforços no âmbito da **boa governança**, focando os aspetos macroeconómicos, a boa gestão das finanças públicas e os objetivos de desenvolvimento do milénio (ODM), não deixando de apoiar a implementação da DECRP III.

Um outro aspeto no qual a UE se compromete a trabalhar em conjunto com Cabo Verde consiste na execução do Parceria Especial entre a União Europeia e Cabo Verde, na qual se incluem seis sectores prioritários, a saber:

- ☐ Governança
- ☐ Segurança
- ☐ Sociedade da informação
- ☐ Integração regional
- ☐ Convergência técnica e normativa
- ☐ Combate à pobreza

Por último, o PIN de Cabo Verde inclui a entrada em funcionamento de um Mecanismo de Cooperação Técnica visando facilitar assistências técnicas de curta duração, elaboração de relatórios de análise e outros apoios de curta duração. Está também previsto o acompanhamento da preparação, programação e execução das ações, e o suporte a prestar ao Gestor Orçamental Nacional.

Para além das linhas de orientação geral e dos sectores já elencados, os objetivos estratégicos para os quais a UE trabalhará em conjunto com o Governo de Cabo Verde, e que aparecem discriminados no PIN, são os seguintes:

- ☐ Erradicação da pobreza;
- ☐ Promoção de um crescimento inclusivo e sustentável;
- ☐ Melhoria da coesão social e redução do desemprego;

- Consolidação e melhoria da governança económica e democrática;
- Fazer face aos desafios que decorrem da vulnerabilidade;
- Adoção do comercio bilateral e assistência a Cabo Verde para reforçar a sua competitividade:
- Aumento da segurança interna e regional;
- Fortalecimento da Parceria Especial de Colaboração com a UE.

Posto isso, o apoio financeiro prestado pela União Europeia a Cabo Verde apresenta os seguintes montantes e distribuição por sectores:

**Tabela 2:** orçamento por eixos temáticos do PIN para Cabo Verde

SECTOR	MONTANTE	APOIO ORÇAMENTAL
Boa governança e projeto de desenvolvimento: apoio à redução da pobreza e crescimento	20 milhões EUR	
Crescimento sustentável e inclusivo + apoio al sector privado		
Contabilidade pública e reforço dos mecanismos de controle nacional		
Melhoria da oferta dos serviços primários		
Boa governança e projeto de desenvolvimento: fortalecimento da parceria especial entre a UE e Cabo Verde.	20 milhões EUR	
Convergência técnica e normativa com a UE		
Segurança nacional e das fronteiras em Cabo Verde		
Outros pilares do acordo (boa governança, integração regional e TIC)	4 milhões EUR	
Mecanismo de Cooperação Técnica (transversal)		
Apoio ao Gestor Orçamental Nacional (NAO)	1 milhão EUR	
TOTAL	55 milhões EUR	

Fonte: elaboração própria baseada no Programa Indicativo Nacional 2014 -2020. União Europeia, República de Cabo Verde.

O PIN de Cabo Verde, conforme indicado no início desta seção, baseia-se na Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (DECRP III) e procura também complementaridade com outras possíveis fontes de financiamento, tais como o PIR, diversas linhas temáticas e o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

## 5.2. - O Programa Indicativo Nacional (PIN) da Mauritânia

A União Europeia tem, como seu principal objetivo na Mauritânia, contribuir para a estabilidade e para a prosperidade do país, mediante a promoção de um desenvolvimento sustentável, o que se traduz num reforço das suas instituições públicas e no impulso para um crescimento inclusivo e duradouro.

Desta forma, o PIN da Mauritânia (2014-2020) tem em conta todas aquelas prioridades refletidas na estratégia de desenvolvimento do país vigente ao tempo da sua redação (o Quadro estratégico do Combate à Pobreza, o Quadro Estratégico e Plano de Ação para os Direitos Humanos e a Democracia e a Parceria estratégica África – UE), e que encontram a sua continuidade, ou se veem refletidas, na atual estratégia de desenvolvimento nacional, a SCAPP.

Neste contexto de alinhamento com a política e as estratégias nacionais, a sectores focados pela EU na Mauritânia são os seguintes:

**1. Segurança alimentar e agricultura sustentável**, trabalhando sobre as causas mais profundas das deficiências alimentares e nutricionais, reduzindo a pobreza, tratando de reduzir o êxodo rural e consolidando o ordenamento do território, procurando assim reforçar a resiliência das populações rurais. Deste modo, este sector apoiará as práticas sustentáveis através:

- a. o reforço da governança em matéria de acesso equitativo e de gestão sustentável dos recursos disponíveis, contemplando o atual contexto das alterações climáticas;
- b. melhorar, de forma sustentável e equitativa, o acesso aos serviços e às infraestruturas de base por parte das populações mais vulneráveis;
- c. promover o desenvolvimento dos subsectores sustentáveis a nível familiar e comunitário;

Este sector e as suas intervenções articulam-se com a Aliança Global para a Iniciativa Resiliência (AGIR), da qual se falará mais à frente, para reforçar a resiliência das populações mais vulneráveis, bem como com as atividades da ECHO (Ajuda Humanitária e Proteção Civil da União Europeia). Existe também uma coordenação com as ações da União Europeia ao nível do sector piscatório, nomeadamente com aquelas derivadas do Acordo de Pesca referido nas seções seguintes deste documento.

**2. Estado de direito**; contribuindo para o reforço do sistema judicial, apoiando os processos de descentralização e desenvolvimento local, mediante os seguintes objetivos específicos:

- a. reforço da desconcentração dos serviços e da descentralização, para oferecer às populações um melhor serviço de proximidade;
- b. promover o acesso a uma justiça independente e credível, garante do respeito pelos direitos humanos;
- c. consolidar a gestão integrada das fronteiras, bem como a gestão e a profissionalização dos serviços públicos responsáveis pela segurança;
- d. contribuir para a prevenção dos conflitos através do reforço do dispositivo de formação profissional, de modo a potenciar principalmente o emprego dos jovens.

**3. Saúde**, com o objetivo de melhorar a saúde das populações e atenuar a incidência da pobreza sobre os grupos sociais mais vulneráveis. Para o efeito colocam-se os seguintes objetivos específicos:

- a. permitir um acesso equitativo a cuidados de saúde primária de qualidade;
- b. melhorar equitativamente a disponibilidade e a sustentabilidade dos recursos humanos sanitários, bem como a sua qualidade;
- c. melhorar a disponibilidade dos medicamentos essenciais e a acessibilidade aos mesmos.

Fora destes sectores de concentração, o PIN recolhe apoios junto da sociedade civil, do Gestor orçamental nacional, e poderá também financiar-se uma linha de cooperação técnica. As questões de género, os direitos humanos e a sociedade civil são considerados eixos transversais a cada um dos sectores de concentração.

Deste modo, o apoio financeiro prestado pela União Europeia à República Islâmica da Mauritânia no quadro do seu PIN, apresenta os seguintes montantes e distribuição por sectores:

**Tabela 2:** orçamento por eixos temáticos do PIN da Mauritânia

SECTOR	MONTANTE (em milhões de euros)
Segurança alimentar e agricultura sustentável ° governança em matéria de acesso e gestão sustentável dos recursos; ° acesso aos serviços e às infraestruturas de base; ° desenvolvimento dos subsectores sustentáveis a nível familiar e comunitário.	78
Estado de direito ° desconcentração dos serviços e descentralização; ° acesso a uma justiça independente, garante do respeito pelos direitos humanos; ° gestão integrada das fronteiras, profissionalização dos serviços públicos responsáveis pela segurança; ° reforço do dispositivo de formação técnico-profissional	59
Saúde ° acesso equitativo aos cuidados de saúde primários; ° disponibilidade e sustentabilidade dos recursos humanos sanitários; ° disponibilidade dos medicamentos essenciais e acessibilidade aos mesmos.	44
Apoio ao Gestor orçamental (NAO) e outras medidas transversais de apoio	14
<b>TOTAL</b>	<b>195</b>

Fonte: elaboração própria baseada no Programa Indicativo Nacional 2014 -2020. União Europeia, República Islâmica da Mauritânia

### 5.3. - O Programa Indicativo Nacional (PIN) do Senegal

No caso do Senegal, alguns dos principais desafios a que o país tem de fazer frente são: a adaptação às crises económicas, a otimização da sua política energética, a adaptação às alterações climáticas, a segurança alimentar, a correção das assimetrias de desenvolvimento entre o mundo urbano e o mundo rural, assim como entre as diferentes regiões do país.

Para além disso, a particular situação geográfica do Senegal fá-lo estar mais exposto à ameaça terrorista, ao crime organizado e a diferentes formas de tráfico ilegal.

Foram então formuladas, tendo em conta tanto os desafios como as ameaças acima referidas, as estratégias de desenvolvimento do país, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (SNDES), vigente entre 2013 e 2017, e o já mencionado Plano Senegal Emergente (PSE), a ser aplicado entre 2014 e 2035.

O PIN para o Senegal, coerentemente com a SNDES e o PSE e respetivas linhas de atuação, concentra-se fundamentalmente em três sectores:

- 4. Reforço da governação democrática**, visando reforçar Estado de direito, edificar um sistema judicial responsável, igualitário e não-discriminatório, reforçar os mecanismos de gestão pública e prevenir e reduzir os fatores internos e externos de desestabilização do Estado.

**5. Desenvolvimento da agricultura sustentável e segurança alimentar**, contribuindo para uma maior prevenção e resposta face às crises alimentares e às carências nutricionais; apoiando a produção agrícola sustentável, a qual favoreça o acesso ao mercado e a disponibilidade de alimentos.

**6. Água e saneamento básico**, com o objetivo de melhorar as condições de vida e os meios higiénicos sanitários das populações, particularmente das mais vulneráveis, mediante o acesso à água e ao saneamento básico.

Fora destes sectores de concentração, o PIN recolhe apoios da sociedade civil (com uma tónica particular sobre a juventude e a sua implicação na governação) e do Gestor orçamental nacional, podendo ainda vir-se a financiar uma linha de cooperação técnica. As questões do género, o meio ambiente e a sociedade civil são considerados eixos transversais. A União Europeia também acompanha o governo do Senegal na sua política ambiental, mediante um auxílio orçamental sectorial.

O PIN do Senegal prevê a utilização de distintas modalidades de ajuda para a implementação dos 347 milhões de euros previstos para o período 2014-2020: projetos, apoio orçamental sectorial e *blending* (instrumento de financiamento da União Europeia, articulado mediante a combinação de subvenções da União Europeia com financiamento [por via de empréstimos ou capital] de entidades financeiras públicas e privadas, devidamente acreditadas).

De modo a assegurar uma boa articulação com as políticas de desenvolvimento e crescimento económico do país, o PIN do Senegal para o período abrangido pelo 11º FED divide-se em dois PIN, de forma que o PIN 1, em consonância com a SNDES e para os anos 2014 e 2017, conta com um orçamento estimado em 200 milhões de euros. Quanto ao PIN 2, que mantém os mesmos sectores de concentração, contará pelo seu lado com 147 milhões de euros, a serem aplicados no biénio 2018-2020.

Deste modo, o apoio financeiro prestado pela União Europeia ao Senegal, estabelecido no PIN 1, apresenta os seguintes montantes e distribuição por sectores:

**Tabela 2:** orçamento por eixos temáticos do PIN1 para o Senegal

SECTOR	IMPORTE
Reforço da governação democrática	<b>20 milhões de euros</b>
° justiça	10 milhões de euros
° prevenção dos fatores desestabilizadores	10 milhões de euros
Desenvolvimento da agricultura sustentável e segurança alimentar	<b>105 milhões de euros</b>
° apoio a uma política sectorial para o desenvolvimento agrícola sustentável	65 milhões de euros
° eletrificação das zonas rurais	15 milhões de euros
° segurança alimentar e nutrição	25 milhões de euros
Água e saneamento básico	<b>65 milhões de euros</b>
° apoio ao sector da água	45 milhões de euros
° hidráulica rural e/ou saneamento	20 milhões de euros
Apoio à sociedade civil	<b>5 milhões de euros</b>
Apoio ao Gestor Orçamental Nacional (NAO)	<b>5 milhões de euros</b>
<b>TOTAL (2014 -2017)</b>	<b>200 milhões de euros</b>
<b>TOTAL (2018 – 2020)</b>	<b>147 milhões de euros</b>
<b>TOTAL PIN 11º FED</b>	<b>347 milhões de euros</b>

Fonte: elaboração própria feita com base no Programa Indicativo Nacional 2014 -2017 (primeira fase). União Europeia, República do Senegal

Segundo consta do PIN, e com o objetivo de complementar os recursos e ação deste, o Senegal procurará beneficiar dos fundos do PIR para os três sectores de concentração definidos naquele documento: i) reforço da paz e da estabilidade, ii) integração económica regional e iii) resiliência e recursos naturais.

O Banco Europeu de Investimento (BEI) poderá também vir a financiar operações complementares ao PIN.

## 6. OUTRAS LINHAS EUROPEIAS DE FINANCIAMENTO PARA OS PAÍSES TERCEIROS

### 6.1. - Acordos de pesca

A União Europeia estabelece Acordos de Cooperação (de Parceria) no sector das pescas com países terceiros, aos quais oferece ajuda financeira e técnica em troca de direitos de pesca.

#### ACORDO DE PESCA UE - CABO VERDE

Considerando o papel cada vez mais importante assumido pelas pescas em Cabo Verde, mormente no que toca aos aspetos relativos à governança, conservação e gestão dos recursos piscatórios, assim como quanto à vigilância, o PIN deste país prevê especificamente que as intervenções neste sector sejam coordenadas com outras ações desenvolvidas pela UE visando o desenvolvimento do mesmo, especialmente aquelas que derivam dos [acordos de pesca](#) e do PIR.

A União Europeia e Cabo Verde têm acordos assinados nessa área desde 1990, cada um dos quais com uma vigência de cinco anos, renováveis. O atual protocolo de pesca abarca um período de quatro anos, foi publicado no Diário Oficial da União Europeia (DOUE) a 24 de dezembro de 2014, e conta com um valor de 550.000 euros, a cada dois anos, para apoio sectorial. Estes montantes dividem-se anualmente em 275.000, no primeiro e no segundo ano, e em 250.000, no terceiro e no quarto ano; visam sempre o apoio à aplicação da política sectorial da pesca em Cabo Verde para alcançar, a longo prazo, uma pesca simultaneamente responsável e sustentável.

Durante o período de vigência do atual protocolo, a União Europeia e as autoridades cabo-verdianas devem-se esforçar por monitorizar a evolução das capturas, o esforço de pesca e o estado dos recursos na zona de pesca de Cabo Verde, no que diz respeito ao conjunto de espécies contempladas no protocolo.

#### ACORDO DE PESCA UE - MAURITÂNIA

A União Europeia e a Mauritânia já têm um acordo colaboração para a pesca sustentável há 30 anos, o que evidencia de forma clara a importância desta cooperação no âmbito das pescas, tanto para a UE como para a Mauritânia.

Encontra-se atualmente em vigor o protocolo assinado em 16 de novembro de 2015, com um período de vigência de quatro anos e uma dotação financeira de **sensivelmente 61 milhões de euros por ano, 4 milhões** dos quais destinam-se anualmente ao apoio ao sector das pescas.

Do apoio sectorial fazem parte, entre outras, ações de formação para marítimos e transformadores, o financiamento de patrulhas de vigilância (no Parque Nacional Banc d'Arguin), infraestruturas portuárias e administrativas, equipamentos e embarcação para a Guarda-Costeira, laboratórios de inspeção sanitária ou de investigação na área das pescas.

#### ACORDO DE PESCA UE - SENEGAL

O acordo de colaboração para a pesca sustentável assinado entre a União Europeia e o Senegal abrange o período compreendido entre 20 de novembro de 2014 e 19 de novembro de 2019, e é tacitamente renovável por períodos de 5 anos.

Este acordo permite a 38 embarcações europeias, particularmente atuneiros, pescarem na Zona Económica Exclusiva (ZEE) senegalesa, ficando o Senegal com uma compensação de cerca de 14 milhões de euros no período compreendido entre 2014 e 2019.

A contrapartida financeira prevista no presente acordo, de 13.930.000 euros, discrimina-se da seguinte forma:

- ☐ 8.690.000 euros como forma de contrapartida financeira por acesso aos recursos. Destes, **750.000 euros anuais**, e durante um período de cinco anos, destinam-se à aplicação da política sectorial de pescas do Senegal.
- ☐ 5.240.000 euros, que resultam do montante estimado de taxas a pagar pelos armadores em virtude das correspondentes autorizações de pesca.

A contrapartida financeira para a aplicação da política sectorial das pescas do Senegal está à disposição da Direção de Pesca Marítima. As autoridades senegalesas comunicam anualmente à União Europeia os dados relativos a essa mesma aplicação.

## 6.2. Aliança Global contra as Alterações Climáticas + (AMCC+)

A Aliança Global contra as Alterações Climáticas (AMCC+) oferece apoio técnico e financeiro aos países em desenvolvimento, com o objetivo de que estes integrem o assunto das alterações climáticas na sua ação política e nos seus orçamentos de desenvolvimento, e levem a cabo projetos de combate às alterações climáticas nos seus territórios.

Cabo Verde, o Senegal e a Mauritânia beneficiaram, em conjunto com outros 16 países da mesma área regional, do Programa Regional para a África Ocidental da Aliança Global contra as Alterações Climáticas (AMCC+), financiado com um montante de 4 milhões de euros através do 10º FED.

Este Programa, que trabalhou em conjunto com o Comité Permanente Inter-Estados para a Luta contra a Seca na região do Sahel (CILSS), dividia os principais resultados e atividades expectáveis, para o período anterior, em três grupos:

1. Vigilância relativamente ao clima (análises detalhadas sobre as alterações climáticas na região do Sahel e avaliação dos seus efeitos sobre os diferentes sectores socioeconómicos).
2. Tomada de consciência sobre as alterações climáticas (apoio à execução dos Planos de Ação Nacionais para a Adaptação - PANA – dos países beneficiários).
3. Reforço de capacidades (em particular relativamente ao CILSS).

Os mesmos três países também participaram no Programa intra-ACP Clima para o Desenvolvimento em África (ClimDev), o qual contou com um financiamento de 8 milhões de euros entre 2012 e 2015.

A nova fase da AMCC+, para o período 2012 e 2020, conta com um montante previsto de 350 milhões de euros para apoiar os países menos adiantados e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento na sua adaptação às alterações climáticas, e também para integrar o fator resiliência na planificação geral e na execução das suas políticas de desenvolvimento.

## ALIANÇA GLOBAL CONTRA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS + (AMCC+) – CABO VERDE

Para Cabo Verde, esta continuidade através do 11º FED, significaria um montante orçado em 5 milhões de euros.



## ALIANÇA GLOBAL CONTRA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS + (AMCC+) - MAURITÂNIA

Entre 2014 e dezembro de 2017, a Mauritânia contou com financiamento para a execução de um projeto de *desencadeamento de um processo de resiliência no campo da segurança alimentar*, no âmbito do **Programa Nacional** da AMCC+, com um valor orçado em 4 milhões de euros.

## ALIANÇA GLOBAL CONTRA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS + (AMCC+) - SENEGAL

O Senegal contou com financiamento, entre 2010 e 2015, para a execução de um projeto de *gestão integrada das zonas costeiras do Senegal: estudo e ações práticas de combate e adaptação às alterações climáticas*, no âmbito do **Programa Nacional** da AMCC+, com um valor orçado em 4 milhões de euros.

### 6.3. Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos (IEDDH)

O presente programa da União Europeia tem como objetivo *promover a democracia e os direitos humanos em todo o mundo mediante iniciativas de apoio à sociedade civil*.

Desta forma este Instrumento procura ajudar a sociedade civil a converter-se numa força efetiva para a reforma política e a defesa dos direitos humanos. Podemos assim afirmar que constitui um complemento aos programas geográficos, maioritariamente centrados no desenvolvimento das instituições públicas.

Em Cabo Verde, por exemplo, o processo eleitoral de 2016 foi apoiado com recurso ao IEDDH e, para o período que ora nos ocupa, e uma vez que este Instrumento opera à escala mundial, pode ainda beneficiar das suas convocatórias, apoiando também ações realizadas noutros países.

Os seus objetivos prioritários, tal como lavrado na documentação elaborada para o IEDDH, são estes cinco:

1. Apoio aos direitos humanos e aos defensores dos direitos humanos nas situações em que estes corram maiores perigos.
2. Apoio a outras modalidades de direitos humanos da UE, com particular enfoque na proteção da dignidade humana, como a abolição da pena de morte, a erradicação da tortura e de outros maus tratos ou penas cruéis, inumanas ou degradantes, o apoio a um sistema integrado de reabilitação e de prevenção, a proteção e promoção dos direitos das crianças, a proteção dos direitos das mulheres, a luta contra a discriminação em todas as suas formas, a luta contra a impunidade, a promoção e proteção da liberdade religiosa e de crença, a promoção dos direitos económicos, sociais e culturais e a promoção do pelo respeito ao direito internacional humanitário.
3. Apoio à democracia.
4. Apoio às missões de observação eleitoral da UE.
5. Apoio a parceiros e processos-chave específicos, não excluindo os instrumentos e os mecanismos internacionais e regionais no âmbito dos direitos humanos.

O *guia para requerentes de subvenções* da convocatória geral de propostas de 2017 do presente Instrumento assinala como objetivos específicos das convocatórias gerais de propostas do IEDDH para o triénio 2014-2017, estes 5 lotes:

- ☐ Lote 1: Apoio aos defensores dos direitos humanos, no âmbito dos direitos relacionados com questões de terra e os povos nativos, em particular no contexto do «açambarcamento das terras» e das alterações climáticas
- ☐ Lote 2: Combate às execuções extrajudiciais e as desapareições forçadas.
- ☐ Lote 3: Luta contra os trabalhos forçados e a escravidão contemporânea.
- ☐ Lote 4: Apoio e promoção dos direitos das pessoas portadoras de debilidades.
- ☐ Lote 5: Apoio à liberdade religiosa e de crença.

Nestas convocatórias, que por norma assumem um carácter anual, podem participar diferentes intervenientes da sociedade civil.

#### **6.4. Programa Temático para Organizações da Sociedade Civil e Autoridades Locais (OSC-AL)**

Este programa reconhece o papel crucial desempenhado pelas organizações da sociedade civil e pelas autoridades locais no desenvolvimento das políticas e das estratégias de cariz nacional.

##### **PROGRAMA TEMÁTICO PARA ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E AUTORIDADES LOCAIS (OSC-AL) – CABO VERDE**

No caso concreto de Cabo Verde, a última convocatória teve lugar no ano de 2016, e à mesma puderam aceder tanto representantes das autoridades locais como organizações da sociedade civil, devendo enquadrar as suas propostas no objetivo geral de *Promover o turismo sustentável como fator gerador de rendimentos e de melhoria das condições socioeconómicas de Cabo Verde.*

Os objetivos específicos da convocatória de 2016 foram:

- *Contribuir, ao nível nacional, para a diversificação da oferta turística em áreas de fraco desenvolvimento do sector em Cabo Verde;*
- *Criar novas dinâmicas de turismo com base comunitária e rural de qualidade, integrando e respondendo às necessidades das comunidades de zonas remotas e isoladas;*
- *Criação de redes entre a sociedade civil, as autoridades locais e as comunidades para a divulgação de iniciativas culturais, sociais ou ambientais, assim como oferta de atrações e infraestruturas turísticas nas diferentes ilhas;*
- *Contribuir para o fortalecimento da capacidade e da sustentabilidade das organizações da sociedade civil, permitindo que se consolidem como parceiros determinantes nos processos de governança local e do diálogo político, económico e social;*
- *Contribuir para uma mudança de atitudes e para o despertar de uma responsabilidade individual e coletiva sobre questões relacionadas com a proteção do meio-ambiente, o respeito pelas diretivas municipais, a igualdade de género, a promoção dos direitos das comunidades e das pessoas mais vulneráveis, etc.*

Também está atualmente em funcionamento um programa de apoio às Autoridades Locais, mediante um apoio concedido à Associação Nacional de Municípios de Cabo Verde (ANMCB) nas áreas do urbanismo, gestão territorial e boas práticas ambientais.

#### PROGRAMA TEMÁTICO PARA ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E AUTORIDADES LOCAIS (OSC-AL) – MAURITÂNIA

As organizações da sociedade civil contaram, em 2016, com uma convocatória para a apresentação de propostas que tinha como objetivo que *os parceiros não-estatais se convertessem em verdadeiros intervenientes no desenvolvimento local, em estreita colaboração com os parceiros locais, e em particular com as autoridades locais e as autoridades nacionais.*

Para o efeito, todos os projetos apresentados teriam de incluir-se num ou noutro dos dois lotes estabelecidos:

1. Ações de desenvolvimento local sustentável, a ser postas em funcionamento com as autoridades locais.
2. Colocar em funcionamento ações de reforço de capacidades, de organização da sociedade civil e de criação de mecanismos de concertação com o Estado e as autoridades locais.

Pelo seu lado, as autoridades locais dispuseram também, em 2016, de uma convocatória para apresentação de propostas centradas no reforço destas mesmas instituições, com o fito de se converterem *em verdadeiros intervenientes no desenvolvimento local, em colaboração com os demais parceiros locais, em particular os não-estatais e autoridades nacionais (os serviços descentralizados).* Como no caso anterior, os projetos deveriam enquadrar-se num dos dois seguintes eixos:

1. Ações com vocação municipal, cuja execução é levada a cabo no território de uma autoridade local.
2. Ações com vocação intermunicipal, cuja execução é levada a cabo no território de várias autoridades locais.

#### PROGRAMA TEMÁTICO PARA ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E AUTORIDADES LOCAIS (OSC-AL) – SENEGAL

No que se refere ao Senegal, o PIN assume a importância do Programa, dotado de um orçamento estimado em 5 milhões de euros para apoio e comprometimento das Organizações da Sociedade Civil (OSC), centrando a sua ação em três prioridades:

- ☐ Promoção do diálogo entre a sociedade civil, o Estado e as Instituições de Cooperação Internacional;
- ☐ Reforço institucional e organizacional das OSC e das suas relações com o Estado;
- ☐ Reforço das capacidades das OSC no seu papel de promoção, acompanhamento da colocação em funcionamento e avaliação das políticas.

A última convocatória para apresentação de propostas deste programa para o Senegal, à qual tiveram acesso diversos tipos de organizações da sociedade civil, e que deviam enquadrar-se no objetivo geral de *reforçar as capacidades das OSC locais, oferecendo às mulheres e aos jovens a possibilidade de participarem ativamente na governança, cidadania e proteção do meio-ambiente*, tinha como título *Envolvimento dos cidadãos na governança do meio-ambiente na*

*região do Dakar*. Todos os projetos deviam estar circunscritos a um dos dois objetivos específicos seguintes:

3. Promover uma governação eficaz do meio-ambiente, mediante um reforço da cidadania.
4. Contribuir para a proteção e restauração do meio-ambiente e dos ecossistemas, a fim de melhorar o quadro de vida das populações da região do Dakar.

## **6.5. Operações de Ajuda Humanitária e Proteção Civil (ECHO)**

### **MAURITÂNIA**

Mais de metade da população da Mauritânia vive em situação de pobreza, ou muito próxima desta, o que faz deste país um dos mais pobres do mundo. A população mais vulnerável sofre, cumulativamente, o impacto de sucessivas crises alimentares e nutricionais que têm recorrentemente de enfrentar, com a consequente diminuição da sua resiliência.

Somam-se ainda a este cenário geral os numerosos refugiados, cerca de 52.000, que aqui chegaram do Mali, em fuga do conflito no seu país.

A União Europeia apoia desde 2006 uns programas humanitários na Mauritânia, sendo que, em 2017, a ajuda financeira foi da ordem dos 11,8 milhões de euros, principalmente concentrada na prevenção da má nutrição de crianças e mulheres grávidas ou em fase de amamentação e em programas de nutrição e assistência aos refugiados do Mali.

### **SENEGAL**

A pobreza e o desemprego continuam a ser fatores decisivos no Senegal, afetando a resiliência de numerosas famílias e fazendo com que mais de dois milhões de indivíduos vivam em situação de insegurança alimentar.

A população senegalesa vê-se também afetada por secas e inundações que, combinadas com o aumento do preço dos alimentos, tornam a população ainda mais vulnerável.

As secas e as inundações, cada vez mais frequentes, afetam a zona do país situada na faixa do Sahel. Daí a importância de trabalhar, nesta zona, para o reforço das capacidades locais relativamente à análise dos riscos, à preparação face às catástrofes (principalmente no que concerne aos sistemas de alerta precoce) e à resposta perante as mesmas.

A ajuda humanitária no Senegal atingiu em 2017 os 4,1 milhões de euros, 2,1 milhões dos quais foram diretamente alocados à ajuda alimentar e nutricional, 1 milhão para a redução do risco de catástrofe e o restante milhão para o reforço da resiliência e a criação de vínculos entre a ajuda humanitária e o apoio, a longo prazo ao desenvolvimento.

## 6.6. Aliança Global para a Iniciativa Resiliência na região do Sahel (AGIR)

A AGIR tem como objetivo reforçar a resiliência nos países da região do Sahel da África Ocidental face às recorrentes crises alimentares e nutricionais. A Aliança parte do princípio que estas crises podem e devem ser erradicadas.

Sob a égide da ECHO, a presente Aliança, que reúne governos da África Ocidental, organizações regionais, doadores e comunidade humanitária, foi lançada a 6 de dezembro de 2012 e tem como objetivo principal a “fome zero” para 2032, sustentando-se em quatro pilares estratégicos:

- ☐ Restabelecer, reforçar e assegurar os meios de subsistência, e melhorar a proteção social das comunidades e das famílias mais vulneráveis.
- ☐ Melhorar a nutrição nos núcleos familiares.
- ☐ Reforçar, de forma sustentável, a produção agrícola e alimentar, assim como os rendimentos das famílias mais vulneráveis, e melhorar o seu acesso a produtos alimentares.
- ☐ Reforçar a governança em matéria de segurança alimentar e nutricional.

Após a adoção de um roteiro regional, a UE anunciou um apoio de 1.500 milhões de euros para o reforço da resiliência na África Ocidental entre 2014 e 2020, no quadro do 11º FED.

## 6.7. Fundo Fiduciário de Emergência da UE para África (EUTF - *EU Emergency Trust Fund for Africa*)

Este fundo, cujo objetivo é fazer face às causas profundas da migração irregular e do deslocamento forçada de pessoas em África, é constituído por contribuições procedentes do orçamento da União Europeia, o FED, e por contribuições dos Estados-Membros e outros doadores.

Visando responder às causas mais profundas de tal desestabilização, financia projetos que promovam a igualdade de oportunidades e as oportunidades económicas, a segurança e o desenvolvimento, centrando-se nas seguintes quatro linhas:

- ☐ Programas económicos que gerem oportunidades de emprego, em particular para jovens e mulheres, centrados na formação profissional e na criação de micro e pequenas empresas.
- ☐ Projetos de apoio aos serviços básicos das populações locais, tais como a segurança alimentar e nutricional, saúde, educação, proteção social e sustentabilidade ambiental.
- ☐ Projetos que visem uma melhor gestão das migrações, e em particular a contenção e a prevenção da migração irregular, bem como o regresso e a efetiva readmissão, a proteção internacional e o asilo, a migração legal e a mobilidade, e uma melhor sinergia entre migração e desenvolvimento.
- ☐ Apoio a melhorias na governança mundial, apoiando em particular a prevenção dos conflitos e o respeito pelo Estado de direito, por via da consolidação das capacidades de apoio à segurança e ao desenvolvimento, assim como a aplicação da lei, inclusive a gestão das fronteiras e os aspetos relacionados com a migração.

Os projetos devem ser dirigidos para uma das regiões de intervenção do Fundo Fiduciário:

1. Região do Sahel e zona do lago Chade: Burkina Faso, Camarões, Chade, Gâmbia, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria e Senegal.
2. Região do Corno de África: Djibuti, Eritreia, Etiópia, Quénia, Somália, Sudão do Sul, Sudão, Tanzânia e Uganda.
3. Norte de África: Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia e Egipto.

Para a apresentação dos projetos à EUTF para África é necessário trabalhar em conjunto com as DUE para identificação e formulação das propostas, sendo as DUE quem coordena o diálogo entre as partes interessadas de cada país. Para além disso, é fundamental o trabalho no terreno, para garantir a apropriação local das iniciativas.

### EUTF MAURITANIA

Foram aprovados até à data, na Mauritânia, 7 projetos no quadro do EUTF, orçados em 54.200.000 euros.

**Tabela 3:** projetos aprovados para a Mauritânia através do EUTF

TÍTULO	PARCEIROS PRINCIPAIS	CONTRIBUIÇÃO DA EUTF
Projeto PECOBAT: reforço do emprego jovem e das capacidades das PME, mediante o desenvolvimento do subsector da construção	OIT	3.200.000 €
Capacitação para uma melhor gestão das migrações, com o objetivo de proteger as populações migrantes contra a exploração e o tráfico	Save the Children	3.000.000 €
Contribuir para o reforço da boa governação, da gestão das migrações e das fronteiras; facilitar a proteção, o regresso e a reintegração sustentável dos migrantes na Mauritânia	OIM	8.000.000 €
Criação de empregos de qualidade e consolidação do emprego existente para as populações jovens e potenciais migrantes no sector da pesca artesanal	GIZ, OIT	14.000.000 €
Promoção do emprego e melhoria das condições de vida dos profissionais da pesca artesanal costeira, dos jovens e das mulheres junto dos espaços naturais protegidos da zona norte da Mauritânia	AECID	10.000.000 €
Resiliência para a coesão social e cultural na República Islâmica da Mauritânia	Expertise France	6.000.000 €
Programa de reforço da resiliência nas comunidades urbanas e rurais mais vulneráveis da Mauritânia	Manifestação de interesse de ONGD	10.000.000 €

Fonte: elaboração própria feita com base nos dados da EU Emergency Trust Fund For Africa

## EUTF SENEGAL

Foram aprovados até à data, no Senegal, 9 projetos no quadro do EUTF, orçados em 161.803.200 euros.

**Tabela 3:** projetos aprovados para o Senegal através do EUTF

TÍTULO	PARCEIROS PRINCIPAIS	CONTRIBUIÇÃO DA EUTF
Resiliência das populações mais vulneráveis face às crises nutricionais e alimentares nas zonas de Podor, Ranérou, Matam e Kanel	AECID	8.000.000 €
Normalização das condições de vida das populações diretamente afetadas pelo conflito em Casamance	ICRC	4.500.000 €
Projeto de reforço da segurança alimentar e nutricional na região de Matam	ACTED	1.100.000 €
Desenvolvimento do emprego no Senegal: reforço da competitividade das empresas e da empregabilidade nas zonas de origem	LUXDEV, AFD	40.000.000 €
Projeto de apoio à redução da migração através da criação de empregos rurais no Senegal, mediante a colocação em funcionamento de granjas agrícolas	AECID, MAECI DGCS	20.000.000 €
Reforço da gestão e da governança das migrações e retorno à reintegração sustentável no Senegal; acompanhamento nos investimentos da diáspora senegalesa	OIM, AFD, AECID	27.900.000 €
Programa de apoio ao reforço do sistema de informação do estado civil e à criação de um registo nacional de identidade biométrica	Civipol, BTC	28.000.000 €
Projeto de apoio à redução da emigração rural e à reintegração na bacia do amendoim mediante o desenvolvimento de uma economia rural com base nos perímetros de regadio	BTC	18.000.000 €
Programa de contraste à migração ilegal através do apoio ao sector privado e à criação de emprego no Senegal	CDP	14.303.200 €

Fonte: elaboração própria feita com base nos dados da *EU Emergency Trust Fund For Africa*

### 6.8. Grupo de Estados PALOP- TL (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa [e Timor-Leste])

Designa-se por PALOP-TL um conjunto de países, os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, mais Timor-Leste, composto por cinco países africanos (Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), para além de Timor-Leste, o Pacífico ocidental. O grupo PALOP é um dos mais antigos grupos da ACP (Estados de África, Caraíbas e Pacífico); a cooperação entre os cinco estados africanos teve início na década de 1970, para trabalharem em conjunto diferentes aspetos culturais, económicos, sociais e políticos. Timor-Leste tornou-se em 2007 o sexto membro do grupo.

A União Europeia começou a apoiar este grupo 1992, baseando-se esta colaboração no Acordo de Cotonu, sendo o financiamento operado através do FED.

No 11º FED prevê-se que os sectores primordiais de trabalho sejam a boa governança e a cultura.



## 7.- SETORES E LINHAS DE FINANCIAMENTO DA UE, POR PAÍSES, COM MAIOR POTENCIAL PARA UMA POSSÍVEL CONCERTAÇÃO COM O FEDER ATRAVÉS DE PROJETOS MAC

### 7.1. - Quadro-resumo: CABO VERDE

Sectores de intervenção	Linhas de ação identificadas por subsectores	Aproximação	Outras observações
Governança e desenvolvimento: apoio à redução da pobreza e ao crescimento económico	Crescimento sustentável e inclusivo Apoio ao sector privado Melhoria da oferta de serviços sociais básicos Apoio à igualdade de género e à luta contra la violência de género	Estas linhas são financiadas através do apoio orçamental da UE a Cabo Verde (FED)	Para facilitar uma possível concertação neste sector, os parceiros da sociedade civil cabo-verdiana, parceiros de projetos MAC, poderiam participar no processo de consulta regular que a Delegação da UE (DUE) mantém com a sociedade civil, para avaliar os progressos nas reformas implementadas.
Governança e desenvolvimento: fortalecimento da Parceria Especial entre UE e Cabo Verde	Convergência técnica e normativa com a UE Segurança nacional e de fronteiras em Cabo Verde (e migração) Outros pilares do acordo (Governança, integração regional, TIC)	Estas linhas são financiadas através do apoio orçamental da UE a Cabo Verde (FED)	Como no caso anterior, para facilitar uma possível concertação neste sector e uma aproximação aos temas de seu interesse, aqueles parceiros, cabo-verdianos, da sociedade civil, parceiros de projetos MAC, poderiam participar no processo de consulta regular que a DUE organiza com la sociedade civil.
Facilidades de Cooperação Técnica (FCT)	Apoio institucional às reformas do Governo.	Este sector é abordado através de projetos de assistência técnica, geridos diretamente pelo Serviço do Gestor Orçamental Nacional do Fundo Europeu de Desenvolvimento (SONFED) e financiados (e supervisionados) pela UE.	Atualmente há dois programas em vigor: A <i>Facilidade de Cooperação Técnica</i> e o <i>Programa de Ajuda Complementar ao Apoio Orçamental</i> . Existiria potencial na coordenação de atividades de apoio institucional às reformas do Governo em curso. Por exemplo, um estudo que seja financiado pela Facilidade de Cooperação Técnica (FCT), a sua implementação poderia ser executada com fundos do MAC-FEDER, ou o contrário. Parceiro-chave: SONFED
Pesca (aplicação da política sectorial piscatória)	Apoio à gestão dos recursos e à proteção da pesca tradicional	As linhas descritas nesta seção recebem financiamento através do acordo de pesca UE – Cabo Verde, complementado por um pequeno apoio orçamental.	Para optar por uma possível concertação neste sector é importante o estabelecimento progressivo de um diálogo prudente com as redes da sociedade civil no sector (cabe assinalar que este programa é executado pela DG Mare). Parceiro-chave: adjunto de pesca da DUE



Alterações climáticas climático	Apoio ao programa de reflorestação do Ministério da Agricultura e do Meio Ambiente	Financiado através de la <i>Aliança Global Contra as Alterações Climáticas + (AMCC+)</i> - Programa de Assistência técnica em curso de execução pela FAO, com financiamento da UE.	Para estabelecer uma possível concertação, dever-se-ia agir mediante a coordenação de atividades entre os projetos MAC-FEDER e o programa da UE/FAO. Parceiro-chave: FAO Cabo Verde
Direitos Humanos	Apoio institucional às organizações da sociedade civil Apoio à implementação efetiva do conceito de "trabalho decente" e à luta contra o trabalho informal Apoio à igualdade de género e à luta contra a violência de género Apoio à proteção e promoção dos sectores da população más vulneráveis (infância, pessoas da terceira idade, vítimas da droga e da SIDA, etc.).	Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos (IEDDH) – Este instrumento emite periodicamente convocatórias de projetos.	A concertação poderia organizar-se através da participação dos parceiros financiados pelo MAC-FEDER em novos programas financiados por esta linha orçamental. La conexão aconteceria sequencialmente (isto é, um projeto IEDDH poderia ser o seguimento de outros já implementados pelo MAC-FEDER, saindo assim reforçadas as entidades locais).
Sociedade Civil	Promover o turismo sustentável para a geração de rendimentos e a melhoria das condições socioeconómicas das comunidades beneficiárias mais marginais (zonas remotas e isoladas de Cabo Verde) Promoção e preservação dl património social, cultural e ambiental de Cabo Verde Promoção de formas alternativas de turismo que sejam sustentáveis e inclusivas Reforçar as capacidades das OSC e promover o trabalho conjunto com as autoridades locais	Apresentar propostas à convocatória da <i>Linha de apoio à Sociedade Civil e Autoridades Locais</i> (OSC-AL). Abrir-se-á uma nova convocatória a partir de 2019, embora o novo sector de intervenção não esteja ainda definido.	Neste tipo de convocatórias podem participar parceiros de diferente natureza, como: - entidades sem finalidade de lucro - autoridades locais - organizações europeias  Como no caso anterior, a concertação também se pode instituir operacionalmente através da participação dos parceiros financiados pelo MAC-FEDER em novos programas financiados por esta linha orçamental.
Cultura	Crescimento económico, emprego e trabalho decente, e cultura.	11 FED PALOP-TL <i>Convenção de Financiamento assinada</i> em julho de 2018	São elegíveis como beneficiários aqueles parceiros de expressão portuguesa, pelo que a concertação com o MAC-FEDER teria de ser acompanhada pelos parceiros dos Açores e/ou da Madeira. A implementação deve ser levada ao cabo através de entidades de execução específicas, como o Instituto Camões ou o PNUD, sendo por isto uma linha de financiamento muito competitiva.

Investigação e inovação	<p>Oceanografia</p> <p>Pescas e economia marítima</p> <p>Biodiversidade tropical e subtropical</p> <p>Eficiência energética</p> <p>Alterações climáticas</p> <p>Segurança alimentar e agricultura familiar sustentável</p>	<p>Horizonte 2020</p> <p>Programa organizado através de concursos públicos para a adjudicação de subvenções</p>	<p>Seguem o mesmo padrão de execução que os programas <i>OSC-AL</i> o e <i>IEDDH</i>. Pode existir uma conexão sequencial entre iniciativas: começam com um financiamento do programa MAC-FEDER, e logo as mesmas entidades participam em programas H2020</p>
Educação	<p>Formação universitária</p>	<p>Erasmus +</p> <p>Concessão de bolsas e ajudas ao estudo e à mobilidade do pessoal.</p>	<p>Cabo Verde pode participar neste programa, embora até hoje não constem colaborações a este nível.</p> <p>Parceiros-chave: universidades</p>

## 7.2. - Quadro-resumo: MAURITÂNIA

Sectores de intervenção	Linhas de acção identificadas por subsectores	Aproximação	Outras observações
Segurança alimentar e agricultura sustentável	<p>Acesso a serviços e infraestruturas de base: água e saneamento, energia, infraestruturas agrícolas; sobretudo em zonas rurais isoladas.</p> <p>Desenvolvimento de subsectores sustentáveis e do sector agrícola a nível familiar e comunitário (ex.: avicultura, peles e couros, goma arábica, leite, horticultura, carne vermelha, pesca continental, etc.)</p> <p>Meios de subsistência e proteção social das comunidades e lares mais vulneráveis</p> <p>Nutrição</p> <p>Produção agrária e alimentar, rendimentos dos lares vulneráveis e melhoria do acesso aos produtos alimentares.</p> <p>Seguimento, avaliação e estudos de impacte das intervenções</p> <p>Investigação agropecuária</p>	<p>Procurar sinergias com as ações identificadas e a desenvolver no quadro do RIMRAP, RIMDIR, RIMFIL.</p> <p>Trabalhar conjuntamente com a DUE para identificar os aspetos nos quais seria oportuna uma colaboração e / ou possível complementaridade</p>	<p>Para mais informações sobre a iniciativa RIMRAP:</p> <p><a href="http://www.rimrap.org/">http://www.rimrap.org/</a></p> <p>ou o link com o vídeo do projeto:</p> <p><a href="https://www.youtube.com/watch?v=67TyA7aISro">https://www.youtube.com/watch?v=67TyA7aISro</a></p>
Saúde	<p>Acesso equitativo aos cuidados de saúde primários; disponibilidade e sustentabilidade dos recursos humanos sanitários;</p> <p>Disponibilidade e acessibilidade aos medicamentos essenciais.</p>	<p>Trabalhar com a DUE para identificar os aspetos nos quais seria oportuna uma intervenção neste sector, as vias de financiamento e a coordenação e complementaridade com outras intervenções em curso.</p>	<p>Parceiros-chave: Ministério da Saúde</p> <p>Agência belga de cooperação (atualmente executa um projeto centrado nos aspetos estratégicos (financiamento, principalmente) para a implementação de uma nova política nacional de saúde).</p>
Pescas	<p>Investigação piscatória e desenvolvimento (macroalgas, cultivo de moluscos, piscicultura, desenvolvimento de novas atividades de pesca, novas técnicas de pesca, etc.)</p> <p>Inspeção sanitária,</p> <p>Formação (temas relacionados com o mar e a pesca)</p>	<p>Procurar sinergias com as ações identificadas e a desenvolver no quadro do projeto <i>Promopêche</i>.</p> <p>Trabalhar conjuntamente com a DUE para identificar os aspetos nos quais seria oportuna uma colaboração e / ou possível complementaridade</p>	<p>O projeto Promopêche é financiado pelo Fundo Fiduciário de Emergência da UE (EUTF) para África e executado pela OIT / GIZ / AECID</p>

	<p>Infraestruturas de pesca e costeiras, incluindo unidades de dessalinização</p> <p>Gestão portuária</p> <p>Modernização de embarcações, aparelhos de pesca, etc.</p> <p>Gestão dos resíduos em zonas marinhas e costeiras</p> <p>Áreas marinhas protegidas</p> <p>Desenvolvimento de relações comerciais em favor dos pequenos produtores e transformadores mauritanos (pesca artesanal)</p> <p>Investigação sociológica e antropológica, estudos de impacte das intervenções</p>		<p><a href="https://eutf.akvoapp.org/en/project/5912/">https://eutf.akvoapp.org/en/project/5912/</a></p> <p><a href="https://eutf.akvoapp.org/en/project/5908/">https://eutf.akvoapp.org/en/project/5908/</a></p> <p><a href="https://eutf.akvoapp.org/en/project/5907/">https://eutf.akvoapp.org/en/project/5907/</a></p> <p>Alguns parceiros-chave mauritanos: FNPA (Federação Nacional da Pesca Artesanal), ONISPA (Gabinete Nacional de Inspeção Sanitária de produtos da Pesca e da Aquicultura), IMROP (Instituto Mauritano de Investigação Oceanográfica e Piscatória)</p>
Alterações climáticas	<p>Melhoria das capacidades de adaptação às alterações climáticas da população das zonas de intervenção.</p> <p>Incrementar a resiliência das populações mais vulneráveis face aos efeitos das alterações climáticas, com o objetivo de reforçar a sua segurança alimentar</p> <p>Acompanhamento e estruturação de apoio/ serviços climáticos nas zonas de intervenção.</p>	Aliança Global Contra as Alterações Climáticas + (AMCC+) – Apresentar propostas nas convocatórias.	<p>Para mais informações ver a convocatória para Mauritânia de 2018 em:</p> <p><a href="https://webgate.ec.europa.eu/europeaid/online-services/index.cfm?ADSSChck=1534499738236&amp;do=publi.detPUB&amp;se archetype=AS&amp;zgeo=35585&amp;ccnt=7573876&amp;debpub=&amp;orderby=upd&amp;orderbyad=Desc&amp;nbPubliList=15&amp;page=1&amp;aoref=158570">https://webgate.ec.europa.eu/europeaid/online-services/index.cfm?ADSSChck=1534499738236&amp;do=publi.detPUB&amp;se archetype=AS&amp;zgeo=35585&amp;ccnt=7573876&amp;debpub=&amp;orderby=upd&amp;orderbyad=Desc&amp;nbPubliList=15&amp;page=1&amp;aoref=158570</a></p> <p>Parceiros-chave : GIZ, PNUD</p>
Organizações da Sociedade Civil e Autoridades Locais (OSC-AL)	<p>Reforço de capacidades e organização da sociedade civil</p> <p>Ações de desenvolvimento local sustentável postas em funcionamento com as autoridades locais</p>	Apresentar propostas na convocatória do <i>programa temático para Organizações da Sociedade Civil e Autoridades Locais (OSC-AL)</i>	<p>As convocatórias são publicadas na web da DUE na Mauritânia:</p> <p><a href="https://webgate.ec.europa.eu/europeaid/online-services/index.cfm?ADSSChck=1534499738236&amp;do=publi.detPUB&amp;se archetype=AS&amp;zgeo=35585&amp;ccnt=7">https://webgate.ec.europa.eu/europeaid/online-services/index.cfm?ADSSChck=1534499738236&amp;do=publi.detPUB&amp;se archetype=AS&amp;zgeo=35585&amp;ccnt=7</a></p>

			573876&debpúb=&orderby=upd&orderbyad=Desc&nbPubliList=15&page=1&aoref=158570 e na web de Europeaid: <a href="https://webgate.ec.europa.eu/europeaid/online-services/index.cfm?do=publi.welcome&amp;nbPubliList=15&amp;orderby=upd&amp;orderbyad=Desc&amp;searchtype=QS">https://webgate.ec.europa.eu/europeaid/online-services/index.cfm?do=publi.welcome&amp;nbPubliList=15&amp;orderby=upd&amp;orderbyad=Desc&amp;searchtype=QS</a>
Migração	Programas económicos que gerem oportunidades de emprego, centrados na formação profissional. Serviços básicos das populações locais, tais como segurança alimentar e nutricional, saúde, educação e proteção social e sustentabilidade ambiental. Investigação sociológica e antropológica sobre os migrantes em trânsito na Mauritânia Sistemas de migração legal (autorizações de trabalho temporárias, intercâmbios académicos, estágios em empresas, etc.)	Procurar sinergias com os projetos aprovados no quadro do Fundo Fiduciário de Emergência da UE (EUTF) para África. Trabalhar conjuntamente com a DUE para identificar os aspetos nos quais seria interessante uma colaboração e / ou complementaridade com outras iniciativas em curso.	A formação em temas relacionados com o mar apresenta um grande interesse e potencial para a Mauritânia.
Investigação (aplicada)	Agricultura (seleção de variedades adaptadas, melhoria dos métodos de luta tradicionais, ...) Ganadaria (produção local de alimento para o gado, toxicidade de certas forrageiras, ...) Pesca Saúde	Trabalhar conjuntamente com a DUE para identificar as temáticas concretas destes campos nas quais desenvolver estudos de impacto.	Os parceiros europeus mais adequados nesta linha são universidades e centros de investigação que possam adaptar os seus estudos ao contexto mauritano e fazer uma transferência efetiva de conhecimentos (aplicados)
Meio ambiente	Gestão de resíduos, incluindo reciclagem Energias renováveis, sobre tudo desenvolvimento das capacidades dos gestores mauritanos para a manutenção e a gestão.	Trabalhar conjuntamente com a DUE para determinar os sectores e / ou zonas nos quais planificar e pôr em funcionamento mecanismos para a gestão de resíduos	O problema da gestão de resíduos é generalizado em todo o país. As intervenções neste âmbito podem ser em meio urbano, rural, portuário, ...
Turismo	Formação de operadores e guias Promoção e comercialização de pacotes turísticos	Desenvolvimento de um turismo de nicho para a criação de emprego na Mauritânia	A vinculação com o sector privado é indispensável.

	Promoção do destino no estrangeiro		
--	------------------------------------	--	--

### 7.3. - Quadro-resumo: SENEGAL

Sectores de intervenção	Linhas de ação identificadas por subsectores	Aproximação	Outras observações
Meio ambiente, alterações climáticas, recursos naturais	Reforçar uma ação climática integrada na zona costeira (acompanhar as instituições na sua ação climática) Melhorar a resiliência climática local (na Petite Côte, no Sine Saloum e Casamance) Melhorar e gerir o conhecimento e comunicar os desafios climáticos, com enfoque nas zonas costeiras. Gestão de ecossistemas frágeis	Trabalhar com a DUE para identificar os aspetos mais pertinentes para uma possível colaboração e/ou complementaridade neste sector, principalmente com as intervenções dos projetos: - <i>Aliança Global Contra as Alterações Climáticas + (AMCC+ /GCCA+)</i> - <i>"Alterações climáticas e gestão integrada das zonas costeiras".</i> - <i>REFORM: Intercâmbio universitário regional para a melhoria das competências na gestão de ecossistemas frágeis em África</i>	Parceiros senegaleses mais indicados: Ministério do Meio Ambiente do Senegal (DEEC - Direção do meio ambiente e estabelecimentos classificados) ; Universidade Cheikh Anta Diop de Dakar. Os parceiros mais indicados para trabalhar em coordenação ou complementaridade com o projeto REFORM são as Universidades. Para mais informações: <a href="http://www.gcca.eu/fr/">http://www.gcca.eu/fr/</a>
Desenvolvimento rural e segurança alimentar	Desenvolvimento/estruturação das produções locais Resiliência das populações mais vulneráveis perante as crises alimentares e nutricionais Criação de empregos rurais	Coordenar com a DUE para identificar os aspetos mais pertinentes para uma eventual colaboração e/ou complementaridade com as intervenções neste sector financiadas através do Fundo Fiduciário de Emergência da UE (EUTF) para África.	A Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) trabalha na execução de projetos financiados pelo EUTF neste sector e pode facilitar a identificação de parceiros senegaleses. Para conseguir uma estruturação das cadeias de valor agrícolas é importante o envolvimento das organizações de produtores e do sector privado. Para mais informações: <a href="https://ec.europa.eu/trustfundforafrica/region/sahel-lake-chad/senegal_en">https://ec.europa.eu/trustfundforafrica/region/sahel-lake-chad/senegal_en</a>
Pescas	Gestão sustentável das atividades de pesca Investigação piscatória / avaliação e apoio científico às atividades de pesca	Analisar as possibilidades de sinergias e/ou complementaridade com os projetos que venham a ser aprovados na convocatória do programa PESCAO,	Os parceiros europeus mais adequados para trabalhar neste sector são os centros de investigação.

		sobre a melhoria da gestão dos stocks ou atividades de pesca compartilhadas na África Ocidental. Trabalhar com a DUE para identificar os aspetos mais pertinentes para uma possível colaboração e/ou complementaridade neste sector.	Para mais informações sobre o programa PESCAO: <a href="https://ec.europa.eu/europeaid/annual-action-programme-2017in-favour-western-africa-action-document-improved-regional-fisheries_en">https://ec.europa.eu/europeaid/annual-action-programme-2017in-favour-western-africa-action-document-improved-regional-fisheries_en</a>
Energias renováveis	Eletrificação rural	Analisar as possibilidades de sinergias e/ou complementaridade com as ações a desenvolver pelos projetos em execução no âmbito da eletrificação rural com energias renováveis. Trabalhar com a DUE para identificar os aspetos e âmbitos mais interessantes para uma eventual colaboração.	Projeto em funcionamento neste sector: <i>Desenvolvimento do acesso a um Serviço elétrico sustentável para 50.000 pessoas que vivem nas aldeias de MATAM KANEL – RANEROU – GOUDIRY BAKEL, muito afastadas da rede elétrica.</i> Parceiro senegalês mais indicado: Agência Senegalesa de eletrificação rural (ASER) Energia renovável de eleição: fotovoltaica.
Migração	Criação de emprego e desenvolvimento económico Desafios migratórios Resiliência	Trabalhar conjuntamente com a DUE para identificar os aspetos nos quais seria oportuna uma colaboração e / ou possível complementaridade com as ações financiadas neste sector através do Fundo Fiduciário de Emergência da UE (EUTF) para África. Seria interessante coordenar e trabalhar com a AECID no apoio à DGSE (Direção de Senegaleses no estrangeiro)	Para mais informações: <a href="https://ec.europa.eu/trustfundforafrica/region/sahel-lake-chad/senegal_en">https://ec.europa.eu/trustfundforafrica/region/sahel-lake-chad/senegal_en</a>  Parceiros-chave: Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID). Estão em fase de execução vários projetos financiados através do EUTF.

**IDENTIFICAÇÃO DE POSSÍVEIS ÂMBITOS DE CONCERTAÇÃO ENTRE PROJETOS MAC (FEDER) E O FUNDO  
EUROPEU DE DESENVOLVIMENTO (FED) OU OUTRAS LINHAS DE FINANCIAMENTO DA UE EM CABO  
VERDE, NO SENEGAL E NA MAURITÂNIA**

AGOSTO, 2018